

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

## SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL

## Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal

**ATA**

Ao nono dia do mês de março de dois mil e vinte e três, às 14h30min, mediante videoconferência por meio Software do Zoom Meetings, realizou-se a 25ª Reunião Ordinária do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB/DF, com a presença da Segunda Suplente da SODF, NATÁLIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA – SODF, ARIELY MENDES ALVES (Assessora) da SODF e Ana Beatriz Sousa Silva (estagiária) da SODF; dos membros do Conselho: Glauco Amorim da Cruz (SEMA-DF), Danilo Costa Macêdo (SEEC/DF), Cláudia Alessandra Gomes (SEAGRI/DF), Ana Paula Nery Rosado (SEAGRI/DF), Christinne Pereira Brasil Siqueira (IBRAM/DF), Élen Dania Silva dos Santos (ADASA/DF), Aline Batista de Oliveira Soares (CAESB/DF), Luiza Carneiro Brasil (CAESB-DF), Suzi Amanda de Souza (CAESB/DF), Albatênio Resende Granja Junior (TERRACAP), Paulo Roberto Correa Tavares (FECOMERCIO/DF), Francisco Valdenir Machado (FECOMERCIO/DF), Cristina Célia Silveira Brandão (UNB), Amir Miguel de Souza Filho (SINDUSCON/DF), Juan Genaro Polit (ASBRACO-DF), Rafael Moreira Mota (ASBRACO-DF), Diana Veronez (NOVACAP), Fábio de Alencar Machado (SEPLAD-DF), Henrique Campos Amaral Oliveira (SLU/DF), Paulo Tavares (SINDICOMBUSTIVEIS-DF), Nazaré Soares (SEMA-DF); Gilberto Nascimento (ABES/DF), Júlia Morena (convidada), Antônio Junior (convidado), Manuella Coelho (SEDUH/DF), Letícia Verdi (convidada), Mayara Menezes (SLU/DF), DPSR (convidado), Márcia Coura (SEMA/DF), Gleide (SEAGRI/DF), Patrícia Cáceres (ADASA/DF). A segunda suplente da SODF, Sra. Natália Cristina Chagas Mendes Teixeira abriu a reunião dando as boas-vindas a todos. Justificou a ausência do Titular da SODF por motivo de férias e da primeira suplente da SODF por motivos médicos. Deu início a reunião com a leitura da Pauta. **1.** Aprovação da Ata da 24ª Reunião Ordinária do CONSAB/DF realizada em 08 de dezembro de 2022; **2.** Aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias; **3.** Apresentação a ser realizada pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal sobre o Projeto Integrado e Tecnologia para Cidades Sustentáveis - CITinova; **4.** Apresentação e aprovação da Recomendação elaborada pelo Grupo de Trabalho criado com o objetivo de "propor diretrizes gerais e estratégicas visando o atendimento às populações informais e vulneráveis do Distrito Federal com serviços de saneamento básico"; e **5.** Informes: **5.1.** Divulgação das Visitas Técnicas em saneamento básico; A segunda suplente da SODF, Sra. Natália Teixeira deu prosseguimento na reunião solicitando a aprovação da ATA da 24ª Reunião Ordinária que ocorreu no dia 08/12/2022. Perguntou se existia alguma solicitação de alteração da ATA e, como não houve manifestação contrária, a ATA foi aprovada por unanimidade. A suplente da SODF passou então para o segundo item de pauta correspondente a aprovação do calendário de reuniões com as seguintes datas: 26ª RO a serem realizadas no dia: 26ª: 04/05/2023, 27ª RO: 06/07/2023, 28ª RO: 21/09/2023, 29ª RO: 09/11/2023 e 30ª RO no dia 07/12/2023. Informou que o calendário foi enviado a todos os conselheiros e, como não houve manifestação contrária, após colocar em votação, o cronograma foi aprovado por unanimidade. Em seguida a suplente da SODF alterou o item 4 da pauta pelo item 3, a pedido da palestrante da SEMA que estava com problemas técnicos. Passou então para o item 4 da pauta que era a apresentação e aprovação da Recomendação elaborada pelo Grupo de Trabalho criado com o objetivo de: "...propor diretrizes gerais e estratégicas visando o atendimento às populações informais e vulneráveis do Distrito Federal ...". A Sra. Natália Teixeira deu início à leitura do Relatório do GT contextualizando sobre o objetivo do mesmo, trazendo a memória da última reunião realizada com o grupo que ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2023. Após isso, passou à leitura da recomendação do grupo com a seguinte conclusão: "**RECOMENDAÇÕES: 1.** A importância de se adotar um diagnóstico das áreas irregulares do DF, atualizado com o último censo demográfico do IBGE de 2022/2023, considerando: relação com o meio ambiente, aspectos urbanísticos para fins de regularização, disponibilidade hídrica do local para abastecimento de água, arcabouços institucionais positivos para as populações vulneráveis, proposição de tecnologias sociais de custo acessível, atendimento às populações de baixa renda, incluindo o acesso ao saneamento básico facilitando-se as formas de financiamentos dos sistemas, operações e manutenção das soluções, dentre outros critérios. **2.** Indicação das áreas que estão em viabilidade de regularização, bem como as áreas que possuem impedimentos legais, urbanísticos, ambientais e outros. **3.** Indicação de

possíveis soluções tecnológicas de atendimento para cada área irregular, considerando as dificuldades legais, ambientais ou operacionais de cada área. 4. Proposição de instrumentos normativos que tratem de forma específica sobre atendimento às populações mais vulneráveis. 5. Integração dos instrumentos de política pública para planejamento do DF, tais como o Plano Distrital de Saneamento Básico do DF - PDSB, Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, Plano Plurianual - PPA, Plano de Exploração da CAESB, dentre outros. Após a leitura a servidora da SODF passou a palavra para os demais membros do GT de Populações Vulneráveis para considerações ou contribuições. A representante da UNB, Sra. Cristina Brandão trouxe a memória sua participação no GT de Saneamento Rural e naquela proposta, diferentemente desta, haviam recomendações de caráter emergencial como por exemplo: abastecimento nas escolas rurais e outras questões a longo prazo, que inclusive seria contratado pela ADASA. Em resumo a Sra. Cristina Brandão falou que os trabalhos foram bons, porém o conselho não tem *feedback* sobre os resultados dos trabalhos. Sugeriu que o CONSAB apresente na próxima reunião os instrumentos de acompanhamento dessas recomendações, para que o trabalho não caia no esquecimento dos membros. Lembrou que sua sensação é que não se volta a discutir o assunto e que, portanto, não tem como saber se evolui e inclusive no sentido do próprio CONSAB fazer intervenções e garantir que as recomendações egressas do conselho sejam levadas a sério. Sugeriu que no próximo conselho seja discutido como será repassado esse *feedback*, se anualmente ou semestral. Natália Teixeira representante da SODF agradeceu as contribuições da professora e informou que faria a gestão dessas informações para a apresentação dos resultados anteriores na próxima reunião do CONSAB. Pontuou que, com relação ao grupo que debatia o setor rural, as questões estavam sendo analisadas pelo grupo de trabalho do TR Rural e pela Câmara Técnica de Saneamento Rural, e que os mesmos estavam parados desde o fim do ano passado, em decorrência de outras agendas e reuniões. Explicou também que, em decorrência de alguns pontos que outras instituições participantes não chegaram a um consenso, mas que a questão ainda está aberta para discussão. A representante da SODF informou que os discursos sobre o tema rural poderiam retomar pois, as tratativas precisavam chegar a um delimitador comum para melhor progressão do documento. De acordo com o interesse da professora da UNB, a representante da SODF a convidou para participar das próximas reuniões e se prontificou a dar seguimento às demandas. A servidora também se propôs a fazer um resumo das reuniões do grupo para enviar aos participantes em conjunto com a ATA. A Sra. Cláudia Gomes da SEAGRI-DF pediu a palavra e falou que a professora Cristina da UNB pontuou muito bem a questão do retorno das discussões do rural. Parabenizou o grupo por finalizar a recomendação do GT de Populações Vulneráveis. Informou que a SEAGRI participou da Câmara Técnica de Saneamento Rural e que ficou surpresa com os encaminhamentos pois, quando foi formado o GT de Populações Vulneráveis não havia restrição somente para as áreas urbanas, e por isso a SEAGRI se prontificou a trabalhar no GT ressaltando que existem populações vulneráveis também na área rural. Enfatizou que essa recomendação foi feita apenas para área urbana, por já haver instrumentos específicos. Cláudia também lembrou que a Câmara Técnica de Saneamento Rural não trata especificamente da população de área rural vulnerável. Informou que ela trata de população vulnerável com prioridade no atendimento, como escolas, centros de saúde, em caráter emergencial e a população vulnerável da área rural foi tratada como prioritária a curto prazo, para atendimento em 5 (cinco) anos. Falou que para a SEAGRI/DF, a não inserção do tema rural no GT de Populações Vulneráveis deixará prejuízos para a área rural, porque demandaria ações específicas para essas populações vulneráveis e não para uma área delimitada como área rural. Acredita que se excluir populações vulneráveis da área rural desse relatório do GT, essa população fica muito fragilizada. Cláudia concluiu que mesmo sendo posição dos demais membros do GT excluir as populações vulneráveis rurais do contexto da recomendação, traria uma insegurança para este grupo, e enfatizou da necessidade da retomada da Câmara Temática de Saneamento Rural, com o acompanhamento dos resultados de cada GT, para que o grupo seja mais assertivo na hora de cobrar a execução, provocando através do CONSAB os órgãos envolvidos na execução do tema. A suplente da SODF agradeceu os apontamentos da representante da SEAGRI e informou que, no que tange a retomada da CT de Saneamento Rural, será incluído como encaminhamento a retomada dos trabalhos. Respondeu que com relação a retirada do rural do relatório de populações vulneráveis, só foi dissolvido e aprovado pelos membros participantes, porque o público rural necessita de auxílio específico, e que os trâmites para essas populações retornariam assim que possível. O Sr. Gilberto Nascimento da ABES/DF pediu a palavra e falou que concorda com as opiniões da SEAGRI/DF e da UNB, porém lembrou que o documento final contempla a diferenciação para as áreas vulneráveis urbanas e rurais. Falou que, do ponto de vista institucional e de arranjo dos recursos

necessários e tecnologia adequada o relatório final do GT contemplou. O Sr. Gilberto falou ainda que no Ministério das Cidades existe a Secretaria Nacional de Territórios Periféricos, que justamente contempla a diferenciação dessa realidade de atendimento, específicas para essas populações vulneráveis, sendo que este trabalho observa os parâmetros urbanísticos, ambientais e outros. Falou que o relatório final do GT de Populações Vulneráveis já traz essa especificidade, integrando o tratamento do saneamento básico. Agradeceu pela atenção que a SODF deu ao representante da ABES/DF. Lembrou que na memória da última reunião realizada no dia 15 de fevereiro de 2023 (7ª reunião) solicitou a inclusão de 2 (dois) parágrafos que foram devidamente contemplados e que tratam da inclusão de tecnologias e abordagens adequadas para as áreas vulneráveis, uma vez que os sistemas baseados em redes convencionais não são suficientes. Lembrou que com o advento da pandemia, ficar em casa era difícil pois, como exemplo, não se tinha nem água suficiente para lavar as mãos nessas populações. Por este motivo ele acrescentou a importância de não se contemplar apenas soluções em rede. Falou que existem outras tecnologias já existentes e que a ABES/DF divulga através de seus congressos e palestras, alternativas mais sustentáveis para esses problemas. Concluiu sua fala falando da importância de se evoluir para contemplar essas tecnologias mais sustentáveis. A representante da CAESB, Sra. Aline Oliveira informou que uma informação exposta no quadro I da tabela que trata das principais dificuldades (anexo) da recomendação estava desatualizado e pediu que retirasse do contexto o item 3 (três). Neste momento a professora Cristina Brandão da UNB retomou sua palavra para reforçar a necessidade de retomada da Câmara Técnica de Saneamento Rural, e disse que estamos em um momento muito importante com a revisão do PDSB, e a retomada da CT contribuirá para a revisão do plano. A representante da ADASA, Sra. Patrícia Cáceres informou que a agência tem registro de 508 construções irregulares que, provavelmente, precisará de outros tipos de tecnologias, que não estão contempladas no plano de exploração de todas as áreas mais preocupantes. Falou que seria muito importante que o poder público, titular do serviço, defina o arranjo institucional. A representante da SODF agradeceu a fala e enfatizou a importância de rearranjo institucional. A representante da CAESB/DF, Sra. Aline complementou que todos estão acompanhando a questão do marco do saneamento e tem muitas questões que ainda precisam ser definidas, inclusive na Agência Federal, a ANA, que iniciou as regulamentações de referência. Falou que o novo marco tem ações e regulamentações específicas para atendimento em áreas vulneráveis, inclusive com a questão do uso de tecnologia para ações pontuais. A Sra. Patrícia Cáceres da ADASA respondeu sobre as providências que a agência está tomando, e informou que já existe, no art. 45 na Lei nº 11.445/2007, tratativas de soluções individuais que serão admitidas. Citou que no Rio Grande do Sul uma empresa por este tipo de solução, já faz a manutenção dos equipamentos, 2 (dois) vezes ao ano e, que conta para o índice de atendimento, que é o exemplo mais representativo do Brasil. Falou que a palavra “fossa” veio na nova resolução assim para a agência reguladora que: *“...a disposição final do lodo da ETE e da ETA é serviço público e neste sentido tem que ser regulado pela agência...”*. Patrícia também falou que a ADASA tem seus indicadores de desempenho, e que a agência acompanha essas discussões. Falou que agora veio essa atribuição também para o destino final, ambientalmente adequado para o lodo das fossas sépticas. Falou que a agência está finalizando um processo de contratação pela UNESCO, para contratação de consultor individual para fazer toda uma IN de como seria. A realização desse estudo dará um norte para a agência para começar essas tratativas. A representante da SEAGRI/DF pediu novamente a palavra para comentar sobre a fala da representante da ADASA. Cláudia perguntou se tem uma previsão para esta contratação pois, já existe execução por meio de convênio para a captação de recursos para a instalação de mais fossas sépticas individuais nas propriedades rurais e, essa questão preocupa, pois, pode haver uma regulamentação da destinação dessas fossas individuais. Patrícia respondeu que depois de assinado tem a base de 40 a 60 dias para se iniciar e o prazo de execução é de 7 (sete) meses. Informou que a questão está na fase de análise de currículo e finalização da nota técnica para aprovação da diretoria. Aline da CAESB comentou que estava pensando na regulamentação da ANA e perguntou se a ADASA já estava pensando em construir alguma norma de referência. Patrícia da ADASA respondeu que a agência está preocupada com essa universalização e que a agência está se adiantando um pouco porque entendem que a universalização não é só para a área urbana, e sim para todas as áreas. Patrícia falou que compartilhará o plano de trabalho e o termo de referência que resultará em uma instrução normativa (IN), para os membros do CONSAB. A suplente da SODF agradeceu por todas as contribuições. Natália passou para o 2º item de pauta que foi alterado para o 3º item, com a apresentação do Projeto CITInova-Planejamento Integrado e Tecnologias para Cidades Sustentáveis da Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal- SEMA/DF. A servidora da SEMA, Sra. Márcia Coura deu início a apresentação

agradecendo a oportunidade de mostrar o projeto no conselho. Iniciou falando que o Comitê Local do Projeto (CLP CITInova) foi instituído pela Portaria nº 26/2021, com o objetivo de promover o acompanhamento, divulgação, internalização e manutenção ou replicação de resultados e ações do Projeto, de forma a promover a sustentabilidade de ações com efeitos positivos demonstrados na execução do CITInova e facilitar o desenvolvimento de novos projetos no GDF. Informou que sua composição abrange os seguintes órgãos e instituições: SEMA, SEEC, SEDUH, IBRAM, SLU, CAESB, CODEPLAN, EMATER, SEAGRI, SECTI, SEMOB, CDRS-LAGO NORTE, FUNDAÇÃO MAIS CERRADO, FAPE E ADEMI. Falou sobre as principais entregas do projeto como a implantação do Sistema de Informações Ambientais (SISDIA), avaliação de riscos climáticos, processos participativos nas políticas, estruturação das lições aprendidas, indicadores e sistematização de experiências, boas práticas de pesquisas e inovações para as bacias do Descoberto e Paranoá, promoção de energia solar no DF e registro e estruturação das lições aprendidas para alimentação de plataformas locais e nacionais. Enfatizou que as ações executadas de estudos e projeções climáticas abrange o DF e a RIDE. Pontuou a importância dos planos em andamento como a redução da emissão de GEE das principais fontes emissoras no DF. Mostrou o mapa sobre a pluma de contaminação do antigo lixão da estrutural, além de mapas atualizados da cobertura vegetal do solo. O Sr. Glauco Amorim da SEMA/DF e a Sra. Nazaré Soares também do mesmo órgão complementaram a apresentação mostrando registros fotográficos das ações já executadas pelo projeto como a realização de oficinas nas bacias do descoberto e Paranoá com o envolvimento de 600 pessoas, a Oficina da Serrinha do Paranoá que tratou das boas práticas e inovações para a conservação do solo e da água, e os planejamentos dos SAF's, dentre outros. A servidora Márcia da SEMA/DF finalizou falando das contribuições do projeto para alcance de metas de 11 (onze) ODS da agenda de 2030. A servidora da SODF, Sra. Natália Teixeira agradeceu a SEMA pela apresentação e passou para os informes. O Sr. Rafael Mota (ASBRACO) pediu a palavra e parabenizou aos demais membros pelas contribuições. Informou que fez um pedido para apresentação do tema "Ecoparques", que foi remarcado para outra reunião, conforme registro da ATA, a 13ª RO foi cancelada e depois, segundo ele, foi reiterada a questão por e-mail. A preocupação do conselheiro é que tais considerações passem pelo CONSAB, dadas como aprovadas e debatidas, e se percam nas reuniões. Falou que sobre esse tema já estão ocorrendo audiências públicas com conclusão, segundo ele, na semana posterior, e a questão ainda não foi debatida no CONSAB. Neste sentido o Sr. Rafael solicitou que seja reconsiderado esse pedido de apresentação sobre os "Ecoparques", assim como outras questões que ficaram pendentes de outras reuniões. A servidora da SODF, Sra. Natália Teixeira agradeceu a participação do conselheiro e informou que o assunto era exatamente o primeiro informe que ia repassar. A servidora passou para os informes: 1º Pedido do conselheiro Rafael Mota da ASBRACO e do Sr. Marco Aurélio Branco Gonçalves do CREA/DF, o pedido para apresentação do tema "Apresentação sobre o processo de concessão dos serviços de tratamento dos resíduos sólidos urbanos das Unidades de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB's) - Ecoparques a ser realizada pela Secretaria de Estado de Projetos Especiais – SEPE/DF" já havia sido solicitado à secretaria, em duas ocasiões, e que por motivos de indisponibilidade de agendas há época, segundo a SEPE/DF, o tema não foi apresentado. Mesmo assim a servidora informou que o assunto seguiria novamente para a secretaria responsável, como demanda de encaminhamento do CONSAB. Reiterou que a SODF tramita todos os pedidos devidamente aos órgãos e instituições responsáveis, sem deixar que nenhuma questão passe despercebido, e que o papel da secretaria é solicitar, convidar, provocar, mas que não controla a agenda dos representantes de outros órgãos ou instituições. O representante da ASBRACO agradeceu a explicação e as informações prestadas. A representante da SODF passou então para os demais informes: Lembrou que enviaria a versão final do Relatório Final do GT de Populações Vulneráveis por e-mail, para dinamizar a aprovação e após, informaria sobre o resultado da votação. O representante da ABES. Sr. Gilberto Nascimento falou que todas as suas contribuições já constavam na versão final e informou que o relatório está adequado aos trabalhos realizados pelo grupo. Pediu a palavra novamente a representante da UNB, que perguntou para a Márcia representante da SEMA, sobre a apresentação do CITInova, que não viu apontamentos sobre a questão da água, do saneamento na perspectiva das cidades sustentáveis. Falou que não haverá cidade sustentável sem essas vertentes. Pediu para que a representante da SEMA informasse se essas questões já estão sendo tratadas ou o porquê dessas questões não entrarem no escopo desse projeto. A servidora da SEMA informou que a questão da água entrou no projeto como produção de água, ou seja, como resolver a questão da água em áreas que estavam perdendo a capacidade de reter água, de levar água para o lençol freático, como essas áreas poderiam produzir melhor a água. Também lembrou que o projeto trabalha com a

recuperação das nascentes com plantios, e a pretensão é de se aumentar a recarga de água nos mananciais. Também lembrou da realização de um estudo de água magnetizada que foi idealizado no projeto CITInova e a proposta era de se, aplicando a técnica de, se usaria menos água para se fazer a irrigação, ou seja, aumentar a capacidade de irrigação usando menos água. A servidora da SEMA, Sra. Nazaré Soares também falou de um estudo sobre o índice de sustentabilidade da Bacia do Descoberto e Bacia do Paranoá, que foi interessante. Além disso informou que já existem estudos sobre projeções climáticas para o DF e RIDE. A professora da UNB, Sra. Cristina Brandão encerrou sua fala dizendo que para uma reflexão futura e continuidade tem que incorporar, além dos temas de disponibilidade hídrica, olhando pela perspectiva do saneamento, discussões importantes como: o reuso da água servidas, reuso dos lodos operados nas estações de tratamento de esgoto, questões de reciclagem com resíduos sólidos, pois são todos, parte do conceito de cidades sustentáveis. A servidora Nazaré da SEMA respondeu que estava no planejamento da secretaria realizar trabalhos com a questão do lodo mas com a Pandemia os andamentos ficaram prejudicados com as articulações que estavam acontecendo previamente para essa iniciativa, pois as instituições priorizavam mais as articulações que demandavam menos presença e mais articulações. A servidora da SODF agradeceu a todos e passou ao último informe da reunião: a realização de 2 (duas) visitas técnicas. A primeira será no dia 23 de março de 2023 na parte da manhã para a Estação de Tratamento de Esgoto- ETE SUL e na parte da tarde na Estação de Tratamento de água- ETA de Brasília com o apoio da CAESB. A segunda visita será no dia 30 de março de 2023 pela manhã, ao Aterro Sanitário de Brasília em Samambaia Sul, seguida de visita técnica em obra de infraestrutura de drenagem. Sem mais considerações a representante da SODF agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

<b>ALDO CÉSAR FERNANDES</b> Presidência (Segundo Suplente) CONSAB/DF	<b>NATALIA TEIXEIRA</b> Secretaria Executiva Relatora CONSAB/DF
---	--



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA - Matr.0281400-5, Secretário(a)-Executivo(a) do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal**, em 20/06/2023, às 10:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALDO CÉSAR VIEIRA FERNANDES - Matr.0278497-1, Secretário(a)-Executivo(a) do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal**, em 20/06/2023, às 11:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&verificador=108953685&codigo\\_CRC=BF92A7C5](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=108953685&codigo_CRC=BF92A7C5).

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, lote B, Bloco A-15 - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71215-000 - DF

3306-5073